

# CONSCIÊNCIA DE CLASSE NA IMPRENSA OPERÁRIA PORTUGUESA AO OBSERVAR A TRANSIÇÃO MONARQUIA - REPÚBLICA NO BRASIL

FRANCISCO DAS NEVES ALVES\*

---

## RESUMO

Estudo acerca da transição monarquia-república no Brasil sob o prisma da imprensa operária portuguesa, junto a qual se estabelece uma construção discursiva diferenciada em relação ao conjunto do jornalismo lusitano, ficando expressos vários dos elementos constitutivos de uma consciência de classe dos trabalhadores lusos naquela época.

**PALAVRAS-CHAVE:** imprensa operária, Portugal, transição monarquia – república, Brasil.

## ABSTRACT

Study of the transition monarchy-republic in Brazil through the prism of the Portuguese labor press, along which establishes a differentiated discursive construction for the whole of the Portuguese journalism, getting cast several of the constituent elements of a class consciousness of the Portuguese workers at that time.

**KEYWORDS:** labor press, Portugal, transition monarchy-republic, Brazil.

---

A queda da monarquia brasileira em novembro de 1889 foi um dos temas debatidos à extenuação pela imprensa europeia da época. Surgiam no velho continente as mais variadas interpretações e explicações visando compreender o motivo daquele império tropical ter se transformado em uma república. Nesse contexto, o jornalismo português foi o que mais intensamente abordou o assunto, tendo em vista as tradicionais e históricas inter-relações luso-brasileiras, bem como as muitas identidades, os interesses econômico-sociais em comum, e a numerosa colônia lusitana presente no território brasileiro. Dessa forma, essa transição constituiu temática recorrente junto aos vários gêneros jornalísticos lusos, tendo sido publicados incontáveis editoriais, artigos opinativos, matérias noticiosas, transcrições, correspondências, notas e caricaturas nas tantas e tantas colunas e páginas da imprensa periódica que se debruçou sobre tal fenômeno histórico.

Em linhas gerais, a imprensa lusitana adotou certas posturas básicas em relação à proclamação da república brasileira. De um lado estavam os periódicos monarquistas que viam nessa transformação uma calamidade e uma traição do povo brasileiro para com o imperador Pedro II, prevendo desgraças para os destinos do Brasil, envolvendo revoluções, guerras civis e desmembramentos. Outro prisma foi expresso pelos jornais republicanos que transformaram a mudança institucional no Brasil em uma verdadeira festa republicana, apontando que o país adentrara em um convívio solidário com os vizinhos americanos, seguindo os rumos de uma propalada democracia em direção ao progresso. Havia ainda as folhas predominantemente noticiosas que buscavam praticar um jornalismo essencialmente informativo, de modo que tinham por meta abrir mão da opinião, visando narrar os acontecimentos no Brasil de uma maneira supostamente neutra. A mudança na forma de governo brasileira foi também apreciada pelas publicações caricatas e satíricas que imprimiam um estilo jornalístico

alternativo, contando os episódios sob o enfoque do humor e da ironia.

Outros representantes do periodismo luso que ganhavam destaque naquele final de século XIX eram os jornais que expressavam posições de determinados grupos socioeconômicos e político-ideológicos específicos, tendo suas matérias destinadas a um público leitor mais específico. Tal nível de especialização do jornalismo português teve na imprensa operária um de seus gêneros mais notáveis. Nesse sentido, notadamente a partir da segunda metade daquela centúria, vários jornais vinculados aos trabalhadores passaram a circular não só no contexto lisbonense, como também ao longo de várias das cidades lusitanas. Vinculada essencialmente às várias formas de organização e associação, a imprensa operária tinha o propósito bem definido de promover a causa, defender os interesses e propagar as lutas dos trabalhadores. Com seu estilo próprio, estes periódicos tiveram também um olhar peculiar sobre a formação da república no Brasil, como pode ser observado através de estudo de caso entabulado a partir dos jornais *O Protesto Operário*, *O Operário* e *A República Social*.

A virada do século XIX para o XX foi marcada por uma profunda crise na conjuntura portuguesa, correspondendo a um período extraordinariamente agitado tanto na política interna quanto nas relações internacionais. A presença colonial lusa na África entrava em choque frontal com os planos do imperialismo inglês, com vantagem inexorável para esta potência mundial. Havia uma implacável crise financeira, com intermináveis negociações para a conversão da dívida externa. A política interna era dominada pela delinquência e dissolução do sistema rotativo partidário e os políticos monárquicos passavam por profundo desgaste, mutuamente atribuindo-se e exagerando culpas e responsabilidades, além de estarem desagregados, desprestigiados e enfraquecidos pelas cisões, surgindo espaço para o incremento à agitação republicana e para o crescimento das manifestações de insatisfação de parte de segmentos

sociais populares.<sup>1</sup>

Nessa época, a relativa tranquilidade política originada a partir do mecanismo do rotativismo governamental entre as principais organizações partidárias monárquicas foi sendo gradativamente substituída pela emergente contestação, havendo um reverso da estabilização, a partir de uma descaracterização dos partidos que dividiam o poder entre si.<sup>2</sup> Dessa forma, o rotativismo, que surgira para buscar a estabilidade política dentro da monarquia e dificultar o acesso de correntes radicais, se estabelecia em condições cada vez mais precárias e não conseguia sequer evitar o descrédito do sistema, mesmo entre as suas próprias fileiras.<sup>3</sup> Tais partidos não passavam de agrupamentos heterogêneos em torno de seus chefes, com ideologias vagas e pouco se diferenciando entre si, pois ambos eram profundamente conservadores e se compunham de elementos oriundos dos mesmos grupos sociais e com interesses semelhantes.<sup>4</sup> No embate entre essas agremiações partidárias, nenhuma queria desempenhar o papel de partido mais conservador, havendo entre elas uma luta por apoderar-se de uma propalada política transformista numa prática de concessões à esquerda, de modo que aquela se situasse mais à direita ficava em desvantagem para governar.<sup>5</sup>

Foi nesse contexto que cresceram as forças políticas de contestação, representadas majoritariamente pelo republicanismo que se organizava enfrentando as dificuldades da falta de uma unidade ideológica advinda da profunda heterogeneidade que marcava suas fileiras. Diante de tal prisma ideológico de desgaste dos partidos monárquicos e de dificuldades para o republicano, surgiria algum espaço para o desenvolvimento de forças mais progressistas, mormente a partir das mudanças sociais que ocorriam na conjuntura lusa. Nessa linha, a expansão econômica dos decênios anteriores e o afluxo crescente de população às grandes cidades haviam causado o surto de uma classe média e um acréscimo de operariado que se sentiam oprimidos pela

grande burguesia e aristocracia dirigentes. Tais grupos urbanos, que constituíam novidade pelo número e a concentração, representavam a grande força de ataque ao rei, às instituições monárquicas e à igreja ou, pelo menos, ao clero.<sup>6</sup>

Dessa forma, o crescimento industrial da segunda metade do século XIX, provocou o aparecimento de questões político-sociais de grave acuidade, uma vez que às massas de trabalhadores assalariados dos centros fabris foram acrescidos os trabalhadores rurais, que desertavam da lavoura, em busca de ocupação e atraídos pela sedução da vida dos meios citadinos. Tais aglomerações de homens desenraizados da terra e sem outros meios de vida além do seu salário, criavam outros tantos focos de agitação política e revolucionária.<sup>7</sup> Progressivamente, tais forças passariam a buscar arregimentar-se, criando associações e organizando-se em partidos, caso do socialista, um agrupamento de classe, dirigido a uma massa relativamente pequena, pouco ilustrada e pouco politizada, que teve problemas para adquirir uma grande projeção, até por sofrer a concorrência dos republicanos, socialmente mais abrangentes e entre os quais um ideário socializante se encontrava presente, somando-se a isso, as dissidências que também o prejudicaram e enfraqueceram.<sup>8</sup> Além do socialismo, o anarquismo também serviria como elo ideológico no seio da massa trabalhadora, notadamente a partir do alvorecer do século XX.

As diversas formas de articulações e associações de tais massas urbanas teriam nos jornais um elemento fundamental de coesão. Ao final do século XIX, Portugal possuía uma imprensa em franca expansão quantitativa e qualitativa, concentrada em Lisboa e, secundariamente, no Porto, mas que também se espalhava pelo conjunto do território nacional, com a consolidação de um jornalismo regional. Nessa época, a força da imprensa levou as diversas classes e doutrinas a apoiarem-se nos prelos, tendo recorrido a eles a ciência, a crítica, os trabalhadores, a agricultura, a religião, entre tantos outros segmentos da sociedade lusa.<sup>9</sup>

Em tal contexto, evoluiria uma imprensa redigida e editada por trabalhadores na defesa e propaganda dos seus interesses de classe,<sup>10</sup> a qual se encontrava em plena expansão numérica e geográfica, mormente a partir da virada para o século XX.<sup>11</sup>

Com tal incremento de um jornalismo especializado no que tange à organização dos trabalhadores, desenvolvia-se um tipo específico de imprensa, cujo objetivo fundamental era mobilizar e denunciar.<sup>12</sup> Nessa conjuntura, a experiência adquirida no movimento associativo, as desilusões relativas que decorreram do fracasso da colaboração entre as classes, a consolidação do capitalismo e o desenvolvimento de novas indústrias, bem como as novas formas de domínio de classe e de opressão, geradas a partir do crescimento urbano foram produzindo transformações significativas no posicionamento de boa parte dos dirigentes e dos principais quadros da militância associativa operária. Da convergência de tais fatores com eventos exteriores ao movimento associativo adviriam mudanças radicais que a imprensa operária depressa viria a exprimir. Já nas últimas décadas do século XIX, o operariado luso havia passado por uma multiplicação numérica significativa o que levaria à edição de uma imprensa específica sobre os seus problemas e dedicada em exclusivo à defesa dos seus interesses próprios.<sup>13</sup>

Assim os avanços do impacto do jornalismo lusitano como um todo trouxeram consigo também um significativo progresso da imprensa operária. A feição primordial dos jornais operários estava orientada por duas preocupações centrais, ou seja, a doutrinação em torno da libertação operária e o apoio às lutas de tal classe, quer defendendo a sua justiça, quer lançando campanhas de ajuda material e moral. Nesse sentido, os operários passavam cada vez mais a aperceber-se da importância fundamental dos periódicos como instrumentos de sua organização e da sua luta. A necessidade que o movimento operário reconheceu de desenvolver a sua imprensa própria era acentuada pela

crescente hostilidade que enfrentava dos jornais mais conservadores. Apesar de a incipiente organização operária não comportar ameaças diretas ao poder político, chegaria a haver um incremento no receio pelos abalos que as lutas operárias estavam a provocar no plano social.<sup>14</sup>

Por meio da imprensa periódica, os trabalhadores portugueses expressavam alguns dos pressupostos fundamentais de uma consciência de classe mais claramente definida, através da qual eles estavam cientes de prosseguir por conta própria em lutas antigas e novas. Estabelecia-se, assim, uma espécie de consciência de identidade dos interesses da classe operária, enquanto contrários aos de outras classes.<sup>15</sup> Tal consciência no seio do proletariado ampliava-se com base em uma identidade de interesses, até tornar-se uma questão comum a toda classe, passando a fortalecer os mecanismos de associação<sup>16</sup> e suas lutas por transformações nas sociedades, envolvendo suas esperanças e desesperanças e até a alternância entre passividade e ativismo na execução de seus enfrentamentos.<sup>17</sup> A partir dos jornais operários era então desenvolvida uma consciência crítica, promovida por meio de um trabalho complexo, articulado e graduado, envolvendo dedução e indução combinadas, lógica formal e dialética, identificação e distinção, demonstração positiva e destruição do velho, baseada no concreto, no real e na experiência efetiva, resultando assim em um jornalismo essencialmente ideológico.<sup>18</sup>

Uma dessas publicações foi *O Protesto Operário*, semanário que se originou da fusão de duas folhas operárias, uma lisbonense e outra portuense, tendo circulado nas duas cidades entre março de 1882 e abril de 1894.<sup>19</sup> No próprio frontispício, o jornal demonstrava suas filiações, estampando o dístico “órgão do partido operário socialista”. Ao apresentar-se ao público, em seu número inaugural, em março de 1882, o periódico enfatizava que já tinha uma caminhada anterior na publicidade e, portanto, não era um jornal novo e sim a continuação de duas publicações cujo ideal já se afirmara na ala dos combates da imprensa,

através da união de *O Protesto* que existia em Lisboa havia mais de sete anos e *O Operário* que circulava no Porto havia quase três. Nesse sentido, era anunciado que, irmãs pelas circunstâncias que lhe deram a vida, pelas condições da sua existência e pelas aspirações, as duas folhas, unidas moralmente desde os seus primeiros dias pela afinidade de princípios, juntavam-se materialmente naquele momento, pelas necessidades que lhe impunham a natureza da luta em que se empenhavam.<sup>20</sup>

Ainda na apresentação, o novo periódico lembrava suas origens, destacando que, filhos da classe trabalhadora, ou seja, daquela classe a que a fatalidade da história legara a mais dura das opressões sociais, representada pela exploração física e moral produzida pelo predomínio da classe dirigente, *O Protesto* e *O Operário* haviam nascido para proclamar na tribuna civilizadora da imprensa um ideal sublime de justiça e solidariedade que as gerações futuras reconheceriam como *terminus* das lutas sanguinolentas que vinham convulsionando os prolongados séculos da civilização moderna. Dessa forma, *O Protesto Operário* estaria a aparecer concretando os esforços das duas publicações que lhe deram origem e representando direta e historicamente o movimento de uma classe que se ilustrava e se desenvolvia, procurando mostrar ao mundo a injustiça a que a mesma estaria condenada e a consciência que os eflúvios da ciência e do progresso começavam a insuflar-lhe.<sup>21</sup>

Buscando demonstrar conhecimento de causa em relação à conjuntura vivida pela nação lusa naquele momento, o periódico afirmava que, numa época em que o isolamento anulava todos os esforços e em que o princípio que presidia a todas as grandes ações era a coesão de todas as forças que se aplicavam a um mesmo fim, um punhado de operários que em Portugal apontava o caminho da honra e do dever à grande massa dos seus infelizes companheiros de trabalho, não poderia deixar de estudar e por em prática o meio de conseguir mais facilmente os seus nobres intentos. Nessa linha, afiançava que se *O*



*Protesto Operário*, que entrava naquelas pugnas incruentas, em que se chocavam tantos interesses sociais, tantos rancores e tantas abnegações, não conseguisse atingir o fim elevado a que se propunha, isto é, arrancar a classe trabalhadora à exploração política e econômica a que estava sujeita pelas instituições, tal impossibilidade adviria do fato de que tais instituições seriam demasiado brutais para consentir que tivessem eco as dedicações mais ardentes, os sacrifícios mais penosos e os ideais que a ciência tinha por mais sagrados.<sup>22</sup>

Dentre os jornais ligados aos trabalhadores que abordaram a mudança na forma de governo brasileira, *O Protesto Operário* foi aquele que mais amiudadamente debateu o tema, dedicando inclusive matérias editoriais ao assunto. A primeira manifestação foi publicada sob o título “A república no Brasil”, na qual era informado que a notícia palpitante daqueles últimos dias vinha sendo a da proclamação da república no Brasil, onde uma revolta militar bem sucedida apeara do trono que vinha usufruindo o velho imperador, fazendo-o tomar o caminho do exílio. Ao contrário de muitos dos jornais lusos, a folha operária não via nenhuma surpresa no acontecido, destacando que o caso nada tinha de extraordinário, nem de sobrenatural, já que a monarquia seria uma excrescência no solo americano, assim como era uma anomalia em toda a parte. Nesse sentido, o periódico vaticinava que os tempos, incontestavelmente, não corriam bons para os tronos, combalidos que eram pelo vendaval da ideia.<sup>23</sup>

Apesar de encarar o fato como um acontecimento natural, o periódico explicava que a notícia produzira certa sensação, uma vez que só se esperava que a revolução rebentasse depois da morte do *imperador filósofo*. Mantendo o tom irônico, lembrava que pelo menos a república feita antecipadamente tivera talvez a vantagem de poupar muito sangue, limitando-se a aposentar um monarca, dando-lhe o ordenado por inteiro e metendo-lhe na algibeira cinco mil contos como prêmio de consolação,

ao passo que, mais tarde, poderia ter de combater uma instituição que iria se preparando para a luta. Ainda sobre o imperador decaído, o periódico afirmava que ele tinha fundas simpatias no Brasil e mesmo em toda a Europa e em grande parte da América, onde a sua monomania democrática era apontada como um modelo aos reis e imperantes. Tal aura favorável, entretanto, seria esmaecida por outras questões que cercavam o imperador.<sup>24</sup>

Segundo a folha operária, haveria um senão na construção de tal imagem positiva, representado pela filha e sucessora de Pedro II, apresentada como uma mulher beata, casada com um Orleans, somítico como todos eles, odiado como só os príncipes desta casa sabiam tornar-se e antipático como qualquer outro Orleans que se prezasse do seu nome. As acusações contra o Conde D'Eu eram reforçadas a partir da afirmação de que, tapado de ouvido, o marido da filha do imperador não se limitava só a ver o brilho do dinheiro dos cortiços de que se fizera alugador, pois a sua rapacidade o levava a associar-se a grandes empresas capitalistas, tornando-se o patrono de quantos interesses ilícitos se levantavam para explorar o país. Desse modo a ação do nobre francês despertava ojeriza de parte do jornal e era considerada como um fator do qual se derivara sobre o império um fundo desfavor, constituindo, inclusive, uma das causas da queda da monarquia, a qual se juntariam os abalos da abolição da escravatura que pusera os fazendeiros na banda dos republicanos, e os ciúmes do exército, que via com maus olhos certas medidas que pareciam tender a refundi-lo em novas bases.<sup>25</sup>

Assim, o jornal sintetizava a mudança na forma de governo, declarando que daquele conjunto de circunstâncias se originara a república, como certos personagens de mágica surdiam de um alçapão. Diante dos acontecimentos, o periódico destacava que passavam a surgir perguntas se os brasileiros haviam feito bem ou mal, cuja resposta dependeria do ponto de vista do observador. Nesse sentido, esclarecia

que a república já não assustava mais ninguém, querendo dizer *coisa pública*, mas os fatos provavam bem que ela sabia manter a *roubalheira privada*, isto é, a propriedade burguesa, a exploração do trabalho operário, o monopólio do capital e do poder político. Dessa maneira, a folha considerava que o Brasil continuaria nas mesmas condições, já que apenas trocara uma espécie de federação, com um chefe hereditário, realizada dentro da monarquia, por uma outra federação, mais ampla decerto, com um chefe eletivo, efetuada na república. Ainda assim sentenciava que os brasileiros deveriam saber por um travão nos *pronunciamentos*, que não eram muito boa água lustral para o batismo do progresso político e que vinham sendo a ruína das repúblicas espanholas, estando exatamente aí o perigo para os destinos da jovem república.<sup>26</sup>

Reproduzindo uma das preocupações que mais caracterizavam o conjunto da imprensa lusitana, *O Protesto Operário* interrogava qual a influência em Portugal daqueles sucessos na velha colônia lusitana. A tal questão, respondia que, politicamente, a monarquia lusa não teria grandes perigos a reear, de modo que os republicanos poderiam bem guardar para melhor ocasião o azeite que haveriam de gastar nas luminárias e os dinheiros que deveriam servir para a compra de foguetes. Entretanto, ressaltava que, economicamente, o caso mudava de figura, pois o Brasil, a despeito de ter proclamado havia muito a sua independência, ainda não teria conseguido de fato emancipar-se da tutela de Portugal, estando toda a demonstração da aptidão portuguesa como colonizadora naquele país que falava a mesma língua, carecia dos braços lusos para o seu trabalho e vivia da literatura e da tradição lusitana, vindo a constituir a válvula de segurança, pela qual o país ibérico tinha escapado de mais de uma crise grave e profunda.<sup>27</sup>

Uma das preocupações da publicação operária lusa era com os destinos dos excedentes de força de trabalho, citando os momentos de dificuldades vividos pela agricultura nacional, ficando os campos

despovoados, servindo o Brasil de destino para onde afluíam os braços e os cérebros de milhares de homens, os quais, obcecados pela miséria, preferiam fugir a lutar contra aqueles que os escravizavam. A folha conjeturava com a possibilidade de que o novo governo republicano brasileiro quisesse satisfazer a uma aspiração indígena, protegendo o trabalho nacional contra a concorrência dos braços estrangeiros, numa aspiração que seria provável e justa. Desse modo, previa o caso de serem impostas condições duras à colonização no Brasil, criando entraves à repatriação dos colonos e à transmissão dos capitais e das propriedades que viessem a adquirir, desejando que se o mesmo ocorresse o fosse sem violências.<sup>28</sup> Demonstrava o jornal significativo conhecimento de causa, ao antecipar um diagnóstico em relação a um fenômeno que em pouco tempo viria a ganhar sentido com o crescimento das manifestações xenófobas em relação aos lusos que se expandiriam cada vez mais sob a forma republicana.

Diante da perspectiva de obstáculos impostos à saída de capitais do Brasil em direção a Portugal, *O Protesto Operário* antecipava prejuízos à economia pública portuguesa, a qual, na sua concepção, traduzia sempre para as classes proletárias uma permanente e verdadeira *miséria pública*, uma vez que a riqueza era privada, mas a miséria tornava-se coletiva no regime capitalista. Para a folha, as possíveis dificuldades impostas pelos novos governantes brasileiros traria profunda perturbação para os portugueses, aumentando ainda mais as causas de descontentamento que já dominavam as populações rurais. De acordo com o periódico, desviar para a África a corrente emigratória parecia empenho prematuro e difícil de realizar, já que, para o aldeão lusitano, aquele continente, por muitos anos, ainda haveria de continuar a ser considerado como uma *terra de bichos e de degredados*.<sup>29</sup>

Na perspectiva do jornal, a transformação na forma de governo ocorrida no Brasil poderia também trazer consequências indelévels para

os próprios destinos e para a organização do movimento operário luso. Dessa maneira, indicava que a revolução brasileira deveria interessar profundamente os portugueses, pois a emigração era em todos os países um grande obstáculo à emancipação do proletariado, sendo por isso mesmo que a classe dirigente a encarava com os melhores olhos. De acordo com tal linha de pensamento, o periódico operário expressava a certeza de que o homem que emigrava, fugia à luta, ao passo que aquele que ficava, comparado a um Prometeu, agarrado ao solo, combatendo pelo alimento e pela liberdade de que necessitava, esse viria a constituir o revolucionário intemerato, que trabalhava os países e levantava as nações.<sup>30</sup>

Ainda analisando a relevância da queda da monarquia brasileira, *O Protesto Operário* manifestava descrédito no avanço, a partir de tal acontecimento, do republicanismo português, o qual era visto como de pouco valor para a causa operária. Nesse sentido, criticava os prosélitos platônicos da república que todos os anos se espalhavam pelas aldeias lusas, quando as circunstâncias permitiam, pois tinham cabeças revolucionárias, mas bolsas conservadoras. Diante disso, considerava que o interesse real dos proletários deveria estar ligado ao fato de que a revolução no Brasil precederia de perto a implantação do problema do salário, considerado como a magna questão do momento, a qual anunciaria e determinaria a queda universal do predomínio infame e torpe do privilégio burguês e capitalista. Dessa forma, o periódico concluía desejando que o povo brasileiro caminhasse avante na senda do progresso e prevendo que, num período mais ou menos longo, as suas aspirações viriam a se confundir com as dos operários lusos e com as de todo o mundo que trabalhava, tendendo para um foco único de luz que atraía e iluminava as nações – *a república igualitária e socialista*.<sup>31</sup>

Na edição seguinte, a folha lisboeta-portuense publicaria um novo editorial denominado “Reparos...”, no qual, ao fazer referência à

mudança institucional brasileira, lançava argumentos para também criticar a ação dos políticos monarquistas e republicanos lusos, bem como para censurar o excessivo militarismo e a repressão governamental. Dessa maneira, o periódico afirmava que os sucessos no Brasil vinham trazendo repercussões no seio da nação portuguesa, mas alertava que as discussões sobre tal tema travadas nos jornais, só serviriam para demonstrar a vacuidade dos cérebros de muitos dos que se arrogavam como a suprema diligência, pretendendo impor-se como estadistas, filósofos, sábios e doutrinadores. Nesse sentido, destacava que a nota do bom senso não predominava no concerto dos monárquicos desvairados que pediam repressões, nem no vozear dos republicanos entusiastas que faziam a apologia do exército, como se a democracia não fosse incompatível com a disciplina, que era sempre a negação da consciência do homem.<sup>32</sup>

A partir de tal constatação, o jornal passava a discorrer sobre os enormes malefícios que as políticas repressoras e o militarismo traziam às sociedades. Nessa linha, levantava a questão do sentido da repressão, perguntando se haveria na história da evolução humana alguma instituição que se salvasse com aquele supremo recurso, ou ainda se alguma ideia fora detida só porque na sua frente viesse a levantar-se o carrasco. A folha constatava que se dava exatamente o contrário, já que a própria história dizia que a repressão nunca salvara as instituições fulminadas pela consciência pública e citava vários exemplos de países europeus os quais demonstravam que sempre que os governos em perigo apelaram para a perseguição, a resposta dos povos tinha sido a revolução violenta que arrastara reis ao cadafalso, depois de iluminar com as chamas do incêndio os átrios dos passos reais. Dessa forma, explicava que os monárquicos que pediam a repressão dos revolucionários seriam inconsequentes para consigo mesmos, pois esqueciam as tradições, os impulsos e as origens da sua própria causa.<sup>33</sup>

Na concepção do periódico operário eram também inconsequentes os republicanos que fiavam nas baionetas a vitória da sua justiça, pois, por mais que fosse dito e por melhores exemplos que fossem buscados, o exército seria sempre a força comprimindo a razão. Segundo o jornal, o exército estava sempre para os povos na mesma proporção em que os agiotas estavam para os indivíduos, sendo desgraçadas as instituições que se amparavam nele e as nações que lhe deviam conquistas, já que a usura dos galões seria pior do que a usura do dinheiro. Nesse sentido, constatava que a unificação do exército, embora marcasse um progresso em relação ao feudalismo, representava a vitória do poder real, absoluto e onipotente. Citando exemplos ao longo da história francesa que corroboravam com a sua tese, a folha afirmava que ia mal a aspiração civilizadora que começava por se estiolar fechando-se na caserna, assim como a instituição que levantava entre si e a opinião individual a muralha chinesa da repressão, o arsenal das leis fortes e a barricada dos códigos velhos.<sup>34</sup>

Prevedendo a concretização da coletividade que almejava, embasada nos princípios socialistas, *O Protesto Operário* sentenciava que, na sua marcha fatal, a sociedade zombava tanto da perseguição, porque ela não era a justiça, quanto da caserna, porque ela não era o direito, vindo também a constatar que a caserna e a cadeia constituíam dois elos de um grillhão dos quais fugia o pensamento moderno. Nessa perspectiva, a folha aconselhava os revolucionários a não defender o exército, pois ele iria matá-los, e os conservadores a não invocar a perseguição, pois ela iria passar por cima deles, esmagando-os. De acordo com o periódico, o exército traía as esperanças da democracia, assim como a violência acabava por também trair as expectativas do cesarismo, havendo entre tais fatores apenas um justo termo, representado pelo respeito, a consciência e a fatalidade da opinião.<sup>35</sup>

Assim, a publicação operária lusa revelava que a única revolução

coerente seria aquela nascida como fruto da própria opinião geral ao passo que aquela que não tivesse tal origem constituiria apenas uma ironia pungente, uma vez que fazer brotar a liberdade de uma arma era o mesmo que querer fazer nascer o sol de uma cloaca. Na mesma linha, afirmava que tentar deter os progressos da consciência, um século depois de proclamado o livre-exame, seria também tentar o impossível, exacerbando um conflito latente no âmago das sociedades, pelo qual a força do progresso e da revolução matava o *espírito da rotina* e a própria força do conservantismo e da reação. Numa exortação direta aos políticos monarquistas e republicanos lusitanos que se engalfinhavam ao discutir os acontecimentos no Brasil, a folha alertava para o caminho escorregadio por onde estavam se lançando todos aqueles que andavam proclamando a infalibilidade do cárcere ou o dogmatismo do quartel.<sup>36</sup>

Em uma outra matéria editorial intitulada “Liberdade”, *O Protesto Operário* revelava ainda mais claramente a sua consciência de classe, concluindo que a transformação ocorrida no Brasil só servira à causa dos poderosos e em nada viria a alterar a vida de sacrifício dos trabalhadores. Na abertura do artigo, o jornal sintetizava tal pensamento, ao reproduzir as tradicionais frases: “Viva a revolução! Abaixo os reis e imperadores! Liberdade, igualdade e fraternidade! Etc, etc, etc”. Mas, em contrapartida, com ironia, estampava a exclamação: “Escuta tu, negro, engraxa-me as botas. Sou um amigo das liberdades, quase um demagogo, devo ter as botas (e as mãos) bem limpas. Está visto!”. A partir daí começava a comentar que havia alguns dias chegara à Lisboa um imperador destronado, enquanto no Brasil, havia alguns meses, nas fazendas de São Paulo, nas estâncias do Rio Grande do Sul, nos engenhos de Goiás e nas Minas Gerais amanhecera uns quantos milhares de negros livres, diante do que questionava do que os mesmos estariam realmente livres. Na concepção do periódico, os libertos estariam na realidade livres de toda a liberdade, porque o salário era a



escravidão, bem como livres do peso esmagador de toda e qualquer propriedade, diante do que, mais uma vez ironicamente, concluía que eles agora seriam cidadãos da *república brasileira*. O periódico lembrava que a abolição não trouxera nenhum ganho aos libertos, fazendo uma comparação com a situação de Portugal, que seria um país livre, ou seja, no qual os pobres tinham a liberdade de morrer de fome e os negros brasileiros estariam nas mesmas circunstâncias.<sup>37</sup>

A partir de tal comparação entre a conjuntura lusa e a brasileira, o jornal passava a retomar a discussão a respeito da evasão dos trabalhadores portugueses, explicando que tais pessoas não emigravam dos países livres porque lhes faltasse liberdade, já que eram cidadãos, tinham direito de trabalhar e eram tão portugueses quanto o capitalista mais opulento, entretanto, eles emigravam por não lhes darem serventia em seu próprio país. Na visão do periódico, os que estavam partindo não representavam gente inútil, antes pelo contrário, eram homens novos, fortes, robustos, musculosos, a raiz e a flor da juventude dos campos, diante do que questionava os motivos de tal acontecimento, tripudiando as conjecturas dos políticos tradicionais, fossem monarquistas ou republicanos, segundo os quais tal contingente ia embora por vontade própria. Segundo a folha não era essa a realidade, pois eles saíam de seu país tendo em vista que a civilização portuguesa os deixava fora como trapos velhos e porque na sua terra natal não encontravam lugar para si, não havendo quem deles cuidasse.<sup>38</sup>

Diante de tal quadro, a publicação operária contestava o tipo de liberdade com a qual contavam os trabalhadores, que lhes dava apenas o direito de trabalhar em proveito alheio, quando ainda assim houver necessidade do trabalho deles e, caso contrário, restava apenas o caminho do mar, através da emigração. Para o jornal, os trabalhadores tinham o direito de dar muitas voltas, mas eram como a mula em um moinho de farinha, ou seja, pisavam sempre o mesmo terreno.

Manifestando as insatisfações sociais reinantes, o periódico lembrava que aquilo de trabalhar para outro, de produzir riqueza para que outros a gozassem, de descascar nozes para outros comerem o miolo, não fazia bem a ninguém, além do fato de o indivíduo ser mais pobre aos cinquenta anos do que fora aos vinte, depois de se trabalhar muito, também não agradava ninguém, sendo esses os motivos da emigração em larga escala.<sup>39</sup>

Perante esse contexto, o jornal constatava que tal circunstância se dava não só em Portugal, mas em toda parte na qual o sistema capitalista vinha deitando raízes. A partir dessa constatação, a folha considerava que tal situação só poderia ser vencida com atitudes mais drásticas, exortando que se fizesse fogo aos governos de casta, aos privilégios, ao sistema capitalista e aos charlatões da política e da finança. Em contraponto, o periódico clamava por luz para que as trevas se dissipassem e para que o povo soubesse que o mal de que sofria não se curava com transformações teatrais como a que se dera no Brasil. Clamava para que todos compreendessem que o morrer de fome era quase a única coisa que os reis e os presidentes não podiam tirar ao homem chamado livre. Ainda sobre o tema que servia de título à matéria, a publicação lembrava que a liberdade do rico e a do pobre não eram idênticas, pois, ainda que o rico pudesse ser mais livre sob a república do que no império, o pobre seria sempre pobre e miserável, enquanto a terra e o capital estivessem nas mãos de uma classe que tudo monopolizava. E, mais uma vez com ironia, *O Protesto Operário* voltava a usar o recurso das exclamações com os quais abria o editorial, alinhavando mais um “Viva a liberdade!”, mas arrematando com a frase “Tu, negro, proletário, não limpaste ainda as botas do senhor? És um bruto preto! Nem vales o pão que comes, proletário! E abaixo os tiranos!”<sup>40</sup>

Outro jornal ligado aos trabalhadores editado nessa época foi o semanário *O Operário*. Seguindo a conjuntura pela qual a imprensa se

espalhava pelo território luso, além de sua capital, ele circulou na localidade de Évora, entre setembro de 1889 e fevereiro de 1890.<sup>41</sup> Na edição que marcava seu lançamento, o periódico destacava que o seu intento era o de levantar a sua débil voz em auxílio da laboriosa classe operária, uma vez que, apesar do papel importante que o operário desempenhava na sociedade, ela nem sempre vinha sendo uma mãe carinhosa para ele, o qual estaria ainda longe de ocupar o lugar e contar com a proteção a que tinha direito, de maneira que advogar os interesses justos do operário e procurar melhorar a sua situação constituíam as metas da publicação. Segundo a folha, a palavra que lhe servia de título compreendia uma grande ideia, já que operário queria dizer o artista, o homem que trabalhava, um dos grandes fatores, enfim, de um produto maravilhoso, onde se consubstanciavam e se cristalizavam todos os esforços de todas as coletividades ou individualidades, que faziam alguma coisa de útil à grande causa universal – a civilização. Para o semanário, um jornal dos artistas equivalia a uma esculca vigilantíssima a atalaiar os seus interesses e a propugnar pelos seus direitos, ou seja, era a voz do operário a fazer-se ouvir no campo imenso das grandes lutas e a elevar-se a toda a altura de cidadão consciente.<sup>42</sup>

As alusões ao Brasil republicano não foram realizadas pelo *O Operário* em editoriais ou artigos e sim através de pequenas notas ou referências em colunas que tratavam de outros assuntos. Esse foi o caso de uma matéria que abordava a repressão aos trabalhadores, narrando inclusive casos de agressões e denunciando que operários haviam sido demitidos apenas por se recusarem a trabalhar nos domingos. A partir de tal constatação, o jornal partia em defesa daqueles desgraçados que trabalhavam durante uma semana, debaixo de um jugo despótico e vencendo um mesquinho salário e não podiam sequer contar com um dia de descanso, sendo-lhes proibido passar um dia de regozijo, recebendo as carícias da família, pois que durante uns poucos dias só

entravam em casa por alguns instantes, que mal chegavam para descansar das suas fadigas. Diante de tal tratamento àquela desventurada classe que tanto se via vilipendiada, o periódico exigia que os empregadores olhassem para aqueles mártires do trabalho, com mais atenção, dando-lhes a estima merecida, pois, caso contrário, haveria de chegar o tempo que poderiam sofrer com os mesmos destinos que afligiram o imperador do Brasil.<sup>43</sup>

Uma outra manifestação do jornal que fazia referência ao contexto brasileiro refletia uma das grandes preocupações das publicações ligadas aos trabalhadores, e estava vinculada à questão da emigração, tanto no que tange aos motivos que levavam a tal processo quanto aos destinos dos emigrados, ainda mais após a mudança institucional efetivada no Brasil. Nesse sentido, *O Operário* apontava para o excessivo número de compatriotas lusos que em pouco tempo entraram no Brasil e denunciava a que grau de intensidade chegara a febre de ir procurar fortuna naquela república, deixando-se de lado considerações de toda a ordem que muito bem patenteavam os tristes desenganos de que muitos, inclusive a maior parte, vinham sendo vítimas. Ainda que não analisasse mais detidamente as questões internas brasileiras, o jornal considerava que era desolador o quadro das inumeráveis cenas da emigração que se descortinavam diante dos olhos dos portugueses.<sup>44</sup>

Outro semanário ligado ao operariado que circulou em Portugal à época da transição monarquia – república no Brasil foi a folha lisbonense *A República Social* que foi editado entre maio e julho de 1890. No seu primeiro editorial, o jornal destacava a razão de sua existência, explicando que o título que adotara era como a síntese de suas aspirações, sendo o seu programa o do partido operário socialista. Afirmava que, ao entrar na luta da imprensa, no crítico momento que atravessava a política portuguesa, fora a tal compelido pelo desejo de não ver rastejar no pó a sua bandeira, nem menosprezada a generosa

aspiração de toda a sua vida. Segundo o periódico, o lugar dos socialistas era na vanguarda do movimento revolucionário, e se alguém não aceitasse tal posto, deveria ser considerado um traidor e, combativamente, exclamava que os conservadores defendiam as suas instituições, carregavam contra os revolucionários, lançando mão de todas as armas e acorrendo a todos os meios, diante do que o dever dos socialistas seria o de cerrar fileiras e lutar olho por olho, dente por dente, sem ceder a ninguém, em nome da honra.<sup>45</sup>

Na concepção de *A República Social* havia muito que fazer e trabalhar na organização das forças proletárias, uma vez que o próximo dia era sempre uma dúvida, devendo os militantes estar preparados para tudo, fosse o descanso ou a fadiga, a estabilidade ou o movimento, a vida ou a morte. Considerava que o partido socialista tinha uma grande missão a cumprir, tanto no presente quanto nas trevas do futuro e quem fosse covarde deveria afastar-se, bastando de palavras e declamações piegas. Para a folha, já estava mais do que provado que o estado tradicional burguês, através da coragem dada pelo cinismo, zombava do povo trabalhador e lhe arrancava a pele por todos os modos e a todos os pretextos, de modo que era preciso fazer valer o direito popular, através de exigências, pois as palavras de súplica já haviam todas se esgotado.<sup>46</sup>

O semanário buscava eximir-se de possíveis confusões quanto à sua orientação, afirmando que não representava nenhuma dissidência e nem mesmo era órgão oficial do partido socialista, dizendo não ser nem uma coisa, nem outra, constituindo simplesmente um órgão do ideal socialista. Nesse sentido, destacava que defenderia intemeratamente os alevantados princípios da democracia socialista, vindo a ser um defensor dos explorados, dos oprimidos da escravidão econômica e, enfim, de todos quantos fossem vítimas das iniquidades sociais. Ainda explicitando o espírito combativo, o periódico considerava que a moleza orgânica ou calculada daqueles que deveriam indicar resolutamente o caminho a

seguir, obrigava-o a tomar a iniciativa, uma vez que *A República Social* era o seu lema e por ele lutaria sem descanso, fosse qual fosse o suceder no porvir.<sup>47</sup>

Tendo em vista o período de seu próprio surgimento, *A República Social* não chegou a analisar diretamente os episódios imediatos que levaram à mudança institucional no Brasil, entretanto, não se furtou a comentar a visão que tinha a respeito de tal transição, notadamente no que tange à manutenção das estruturas vigentes, independentemente das formas de governo. Tal concepção ficou expressa na matéria denominada “O capital”, na qual o semanário explicava conjunturalmente a evolução histórica das sociedades até chegar ao caso particularizado do Brasil. Segundo o jornal, apesar de todos os privilégios que sustentavam o poderio do capital, era inegável que, mesmo uma parte da burguesia, começava a encará-lo como um tirano insuportável e a razão para tanto seria simples, pois o capital só garantia a supremacia a uma minoria relativamente pequena, fazendo dessa minoria uma poderosa oligarquia que avassalava todos os povos do mundo.<sup>48</sup>

Diante de tal contingência, a folha esclarecia que a verdadeira guerra contra o despotismo do grande capital era movida pelo mundo trabalhador, de modo que tal guerra, cada dia mais persistente, metódica e cientificamente dirigida, venceria fatalmente o inimigo num período mais ou menos curto. Em clara alusão ao Brasil, o jornal afirmava que, no regime da burguesia, fosse qual fosse a forma de governo, os políticos e executores das leis tinham de sempre subordinar o seu procedimento às ordens ditadas pelo capital. De acordo com essa perspectiva, considerava que no regime interno de cada nação, cada partido distinguia-se pelo grupo capitalista que representava e era o jogo de interesse de tais grupos que determinava as suas quedas e ascensões ao poder, desde que todos eles obedecessem ao mesmo princípio, representado pela manutenção inalterável do poderio do capital.<sup>49</sup>

Mantendo o tom explicativo e didático, o semanário afirmava que naquele quadro monolítico de predomínio do capital poderia ocorrer muitas vezes que o partido que descia do poder, obrigado por circunstâncias imprevistas, deixava comprometidos os interesses do grupo que representava. A partir disso, tais grupos começavam a captar a opinião pública, até conseguir uma composição com o partido triunfante, passando as coisas a correr no mesmo sentido; entretanto, em outras vezes, ainda que raras, ocorria que oposição e governo não chegavam a um acordo e caprichavam em serem verdadeiros adversários. Desse modo, como essa oposição, pelos meios conservadores, não poderia conseguir o triunfo, lançava-se no campo revolucionário e mesmo que só tivesse por fim derrubar um ministério, os revolucionários aproveitavam a ocasião, forçando também a derrubada das instituições.<sup>50</sup>

Ao concluir o artigo, *A República Social* revelava que o modelo por ela descrito adaptava-se fielmente ao caso brasileiro. Assim, na visão do periódico, aquele desacerto entre os grupos dominantes fizera com que o império do Brasil, em 15 de novembro de 1889, se transformasse em república dos Estados Unidos do Brasil. Ressaltava a folha que fora tal o egoísmo do grupo vencido que não chegara a arriscar um único esforço em favor das instituições derrubadas que tanto o haviam auxiliado. De acordo com a publicação dos operários a razão de tal procedimento era facilmente identificável, uma vez que o capital sabia que, com a revolução tornando-se senhora do campo, não se poderia brincar impunemente, pois cada dia de luta custava muitos contos de réis e isso, inevitavelmente, afetava o poderio de quem o gastava, sendo preferível a derrota ao prejuízo.<sup>51</sup>

Estes três periódicos constituem apenas uma breve amostragem do conjunto da imprensa portuguesa voltada aos trabalhadores, sendo eles os que, dentre os exemplares disponíveis para a pesquisa, abordaram a queda da monarquia no Brasil, num quadro de variedade de jornais que

se dirigia a um público autenticamente operário. Ainda que em proporções diferentes se comparados com os representantes da grande imprensa, os jornais operários tinham um razoável poder de penetração e difusão. A influência dessas publicações ia além das próprias tiragens e do número de leitores diretos, uma vez que havia também a leitura em grupos de trabalhadores,<sup>52</sup> o que promovia uma significativa e exponencial proliferação das premissas estabelecidas por meio de tais jornais. Assim, cada exemplar passava de mão em mão, ou era lido em voz alta em grupos não muito pequenos, tanto que a larga audiência dos periódicos operários poderia ser sintetizada a partir da perspectiva da multiplicação por um índice médio de quatro a cinco leitores para cada exemplar editado.<sup>53</sup>

A imprensa ligada aos trabalhadores observou os primeiros passos da república brasileira com um olhar desconfiado, verificando as limitações sociais de tal processo histórico, que não serviria para trazer qualquer alteração profunda na sociedade, notadamente no que tange às classes menos favorecidas.<sup>54</sup> A partir dos comentários estabelecidos por esse jornalismo, evidenciava-se uma consciência de classe por parte de tal segmento social, ou seja, se estabelecia uma autoconsciência coletiva entre os trabalhadores, promovida através de suas instituições e associações, bem como do espírito delas emanado por meio dos jornais, vindo a ser adquiridas uma singular resistência e uma significativa ressonância, de modo que todos os elementos constitutivos do *modus vivendi* do proletariado viriam a converter-se num campo de batalha de classe.<sup>55</sup> Ao analisar o que acontecia no Brasil, os jornais operários revelavam um determinado conhecimento de causa não só acerca da realidade local e nacional, mas uma visão bem mais abrangente, incluindo preceitos da política internacional e das condições sociais do proletariado em escala mundial.

Em graus diferenciados de análise, com *O Protesto Operário*



publicando sistematicamente editoriais consecutivos e *O Operário* e *A República Social*, observando de modo mais circunstancial, a imprensa operária lusitana comentou a transição da monarquia à república no Brasil refletindo uma tendência geral do jornalismo luso de então, ao expressar uma verdadeira versão espelhada dos acontecimentos, ou seja, através do olhar sobre a conjuntura brasileira, viam a própria realidade portuguesa. Entretanto, ao passo que a maior parte dos periódicos discutiu os episódios no Brasil sob um viés partidário, monarquista ou republicano, ou ainda sob um prisma noticioso ou humorístico, as folhas vinculadas aos trabalhadores, destinadas a um público alvo bem específico, analisavam o caso brasileiro a partir de uma visão de mundo mais global, dominada pelo predomínio do combate ao capital ao *status quo*, marcado pela manutenção das várias formas de exploração do proletariado.

A situação de crise generalizada em Portugal dava amplo espaço para a expansão do espírito contestatário e reivindicativo que encontrava vazão por meio de um jornalismo crítico-opinativo, o qual foi praticado muito a contento pela imprensa operária. Ao contrário dos demais periódicos lusos que destinaram enorme espaço para discorrer sobre os personagens políticos que eram apeados e dos outros que ascendiam ao poder, as folhas operárias pouco citavam os nomes de tais individualidades, fazendo, por vezes, algumas referências a seus cargos, mas dando muito mais importância à discussão de temas conjunturais e não ao personalismo que dominou grande parte das colunas do periodismo português de então. Ainda que concordasse que a república no Brasil significasse um processo histórico caracterizado até certo ponto por uma normalidade, uma vez que acabava por igualar o país quanto à forma de governo no conjunto das nações americanas, a imprensa operária desacreditava das reais transformações, uma vez que, por mais que se propalasse que passaria a haver o domínio dos interesses em

torno da “coisa pública”, o que acabaria por prevalecer seriam os interesses privados, com manutenção da propriedade burguesa, da exploração do trabalho operário, do monopólio do capital e do poder político.

Em linhas gerais, segundo o jornalismo português vinculado ao operariado, com a república, o Brasil continuaria nas mesmas condições no que tange à organização social. Uma das preocupações centrais de tais folhas estava vinculada aos destinos da enorme quantidade de trabalhadores lusos que se deslocava para o Brasil, revelando uma perspectiva crítica quanto ao próprio contexto governativo lusitano que não conseguia nem ao menos dar garantias básicas de sobrevivência à sua população. Quanto às repercussões da transição brasileira em Portugal, esses periódicos não conseguiam ver grandes possibilidades de tal tipo de mudança também ocorrer de modo mais imediato no âmbito luso, entretanto, observavam o quão indelévels seriam as repercussões econômicas de tal evento diante da já combalida situação financeira portuguesa. De acordo com aquela perspectiva de uma visão espelhada, a partir da mudança institucional brasileira, tal imprensa censurava as atitudes dos políticos lusitanos, fossem monárquicos ou republicanos, além de criticar profundamente a ascensão do militarismo e das políticas repressivas governamentais na conjuntura lusitana e brasileira.

Para os jornais operários, a verdadeira liberdade não era aquela emanada a partir do pensamento liberal e das revoluções burguesas, sintetizadas no dístico “liberdade, igualdade e fraternidade” e sim aquela prevista a partir do ideário socialista e das revoltas advindas a partir do proletariado, para o que seria necessária a conscientização dos trabalhadores, fosse no contexto português, no brasileiro, ou no mundial. Na perspectiva de tal jornalismo, não havia importância quanto à forma de governo, uma vez que no “regime da burguesia” sempre iria haver a supremacia do capital, mormente sobre as classes trabalhadoras. Desse

modo, prevalecia a proposta da feitura de uma verdadeira e constante guerra, realizada com método e ciência contra o domínio do capital. Apesar de tal visão geral de pessimismo quanto à “revolução no Brasil”, havia a esperança de que tal fato pudesse vir a constituir mais um passo em direção ao declínio do “privilégio burguês e capitalista”, de modo que as nações marchassem em direção ao ideal de uma “república igualitária e socialista”. Assim, os acontecimentos que cercavam a mudança na forma de governo brasileira serviam como mote para a discussão de temáticas mais profundas e enraizadas na consciência de classe dos trabalhadores, não deixando de também servir, a seu modo, como um certo estímulo às suas lutas, sendo retomada uma perspectiva que se fizera valer algumas décadas antes, pela qual, as notícias recentes dos *Brasis* pareciam animá-los com esperanças maiores do que nunca.<sup>56</sup>

## Notas

---

\* Professor da Universidade Federal do Rio Grande. Doutor em História – PUCRS. Pós-Doutorado junto ao ICES/Portugal e Pós-Doutorado junto à Universidade de Lisboa. E-mail: fnah@vetorial.net.

<sup>1</sup> GUEDES, Marques. Os últimos tempos da monarquia: 1890 a 1910. In: PERES, Damião (dir.). *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1935. v. 7. p. 412.

<sup>2</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho. Jacobinos, liberais e democratas na edificação de Portugal contemporâneo. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000. p. 276.

<sup>3</sup> TENGARRINHA, José. *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho, 1983. p. 88, 90.

<sup>4</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. Da monarquia para a república. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000. p. 293.

<sup>5</sup> MATOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993-1994. v. 6. p. 179.

<sup>6</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. A conjuntura. In: SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. (dir.). *Nova história de Portugal – Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Editorial Presença, 2004. v. 10. p. 512.

<sup>7</sup> GUEDES, pp. 412-413.

- 
- <sup>8</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. Organização administrativa e política. In: SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. (dir.). *Nova história de Portugal – Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Editorial Presença, 2004. v. 10. p. 238.
- <sup>9</sup> ROCHA MARTINS. *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1941. pp. 46; 52-53.
- <sup>10</sup> SÁ, Victor de. Notícia sobre a imprensa operária portuguesa. In: *Revista de História*. Porto. 5, 1983-1984. pp. 143-144. SÁ, Victor de. *Notícia sobre a imprensa operária portuguesa*. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1984. p. 14.
- <sup>11</sup> OLIVEIRA, César. *Imprensa operária no Portugal oitocentista: de 1825 a 1905*. Lisboa: Editorial Império, 1973. p. 19.
- <sup>12</sup> MÓNICA, Maria Filomena. *A formação da classe operária portuguesa – antologia da imprensa operária (1850-1934)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. p. 11.
- <sup>13</sup> OLIVEIRA, César. *Antologia – imprensa operária portuguesa (1837-1936)*. Lisboa: União Geral de Trabalhadores; Perspectivas & Realidades Artes Gráficas, 1984. pp. 12-13.
- <sup>14</sup> TENGARRINHA, José Manoel. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Editorial Caminho, 1989. pp. 240-241; 244.
- <sup>15</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. pp. 304; 411.
- <sup>16</sup> BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 76.
- <sup>17</sup> HOBBSBAWM, Eric J. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. pp. 246; 248.
- <sup>18</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. pp. 174; 179.
- <sup>19</sup> RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela. *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002. v. 2. p. 208.
- <sup>20</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa, Porto, 5 mar. 1882. A. 1. N. 1. p. 1.
- <sup>21</sup> *Idem*.
- <sup>22</sup> *Idem*.
- <sup>23</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa, Porto, 24 nov. 1889. A. 8. N. 395. p. 1.
- <sup>24</sup> *Idem*.
- <sup>25</sup> *Idem*.
- <sup>26</sup> *Idem*.
- <sup>27</sup> *Idem*.
- <sup>28</sup> *Idem*.
- <sup>29</sup> *Idem*.
- <sup>30</sup> *Idem*.
- <sup>31</sup> *Idem*.
- <sup>32</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa, Porto, 1º dez. 1889. A. 8. N. 396. p. 1.
- <sup>33</sup> *Idem*.
- <sup>34</sup> *Idem*.
- <sup>35</sup> *Idem*.

- 
- <sup>36</sup> *Idem.*
- <sup>37</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa, Porto, 8 dez. 1889. A. 8. N. 397. p. 1.
- <sup>38</sup> *Idem.*
- <sup>39</sup> O PROTESTO OPERÁRIO. Lisboa, Porto, 8 dez. 1889. A. 8. N. 397. p. 1.
- <sup>40</sup> *Idem.*
- <sup>41</sup> RAFAEL; SANTOS. v. 2. p. 140.
- <sup>42</sup> O OPERÁRIO. Évora, 22 set. 1889. A. 1. N. 1. pp. 1-2.
- <sup>43</sup> O OPERÁRIO. Évora, 24 nov. 1889. A. 1. N. 10. p. 2.
- <sup>44</sup> O OPERÁRIO. Évora, 1º dez. 1889. A. 1. N. 11. p. 2.
- <sup>45</sup> A REPÚBLICA SOCIAL. Lisboa, 1º mai. 1890. A. 1. N. 1. p. 1.
- <sup>46</sup> *Idem.*
- <sup>47</sup> *Idem.*
- <sup>48</sup> A REPÚBLICA SOCIAL. Lisboa, 25 mai. 1890. A. 1. N. 4. p. 2.
- <sup>49</sup> *Idem.*
- <sup>50</sup> *Idem.*
- <sup>51</sup> *Idem.*
- <sup>52</sup> THOMPSON, pp. 312; 435-436.
- <sup>53</sup> TENGARRINHA, 1989, pp. 150; 243.
- <sup>54</sup> ALVES, Francisco das Neves. *Olhares impressos: a república brasileira sob o prisma da imprensa lusitana: repercussões e ruptura diplomática (1889-1895)*. Lisboa: ICES, 2012. p. 147.
- <sup>55</sup> THOMPSON, pp. 438-439.
- <sup>56</sup> THOMPSON, p. 436.

Data de envio: 05/10/2013.

Data de aceite: 18/10/2013.